

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 4.336, DE 2.001

Obriga o estabelecimento a oferecer três datas para o pagamento das mensalidades escolares em instituições privadas de todos os níveis de ensino

Autor: Deputado Jorge Pinheiro

Relator: Deputado Luiz Bittencourt

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.336, de 2001, de autoria do nobre Deputado Jorge Pinheiro, propõe que as instituições privadas de ensino ofereçam três datas, no decorrer do mês, para o pagamento das mensalidades escolares.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, analisar a questão no que tange à defesa do consumidor e às relações de consumo.

II - VOTO DO RELATOR

Não obstante a meritória intenção do nobre proponente em buscar facilitar a administração financeira dos usuários das instituições de ensino privado em nosso país, devemos nos posicionar de forma contrária pelo seguinte.

Inicialmente, determinar a uma empresa privada, por meio de lei, que ela haja desta ou daquela forma em questões relativas a aspectos de sua própria gestão é uma interferência desmedida do Poder Público e fere os princípios, defendidos por nossa Constituição, da livre iniciativa e autonomia de gestão da empresa privada.

Outrossim, o fato do pagamento ser mais ou menos próximo da data de recebimento do salário do aluno ou seu responsável não fará o salário “esticar”. Se o dinheiro não der para pagar todas as contas que tenha, o critério de corte não é a proximidade entre as datas de recebimento e pagamento, mas outros que variam de acordo com o interesse de cada pessoa ou família.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.336, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado Luiz Bittencourt
Relator